

Consulta escrita à versão de trabalho do
Relatório Técnico de Base da Conectividade Natural dos Rios
Plano Nacional para o Restauro da Natureza (PNRN)

23 de janeiro de 2026

A FENAREG – Federação Nacional de Regantes de Portugal, enquanto entidade representativa do regadio nacional, vem por este meio submeter contributo à Versão de Trabalho do Relatório Técnico de Base da Conectividade Natural dos Rios, no âmbito do Plano Nacional para o Restauro da Natureza (PNRN).

A FENAREG reconhece a importância da recuperação ecológica dos ecossistemas fluviais e a necessidade de melhorar a conectividade longitudinal e transversal dos rios. Contudo, considera essencial que este objetivo seja compatibilizado de forma clara, segura e previsível com os usos socioeconómicos da água, em particular com o regadio, que constitui uma função estratégica para a segurança alimentar, coesão territorial e para a adaptação às alterações climáticas.

1. Considerações gerais sobre o levantamento de barreiras em Portugal Continental

O levantamento de barreiras artificiais à conectividade fluvial identificou 15.584 barreiras em Portugal Continental, com base em informação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), complementada por análises SIG e imagens de satélite.

Não obstante ao esforço técnico realizado, importa salientar que a forte dependência da interpretação de ortofotomapas e imagens de satélite introduz limitações significativas, nomeadamente:

- A inclusão de elementos que não constituem verdadeiras barreiras à continuidade fluvial;
- A dificuldade em distinguir infraestruturas no leito de planos de água localizados fora do leito e margens, como charcas agrícolas, particularmente frequentes nas regiões do Sul (RH5, RH6 e RH8);
- Os métodos tecnológicos não captam a realidade vivida no terreno, especialmente em territórios marcados pela desertificação humana e pela escassez de recursos hídricos, conforme referido, em anexo, pela Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento Algarvio (ABPRSA), associada da Federação.

A FENAREG considera, por isso, fundamental que qualquer decisão futura seja assente num levantamento tecnicamente validado, atualizado e articulado com os utilizadores locais da água.

2. aspetos positivos identificados

A FENAREG reconhece e valoriza os seguintes aspetos positivos constantes no documento:

- O reconhecimento em como as infraestruturas artificiais existentes desempenham funções socioeconómicas relevantes, nomeadamente no abastecimento agrícola;
- A orientação no sentido de privilegiar a remoção de barreiras efetivamente obsoletas, não incidindo, nesta fase, nas infraestruturas funcionais;
- A não inclusão dos perímetros de rega como prioridade imediata de intervenção;
- A abertura à compatibilização técnica, através da adaptação de infraestruturas existentes, como a implementação de passagens para peixes ou outras soluções de mitigação.

Estes princípios constituem uma base positiva para um diálogo construtivo entre os objetivos ambientais e os usos agrícolas da água.

3. aspetos menos positivos e preocupações do setor agrícola

Apesar dos aspetos positivos referidos, a FENAREG identifica um conjunto de preocupações relevantes:

- A conectividade longitudinal surge como prioridade quase absoluta, incluindo açudes, pequenas barragens e captações transversais que continuam a servir usos agrícolas tradicionais, ativos e não obsoletos;
- A dificuldade em classificar o conceito de “obsoleto”, especialmente no caso dos açudes de uso intermitente, informal ou tradicional, essenciais para a rega local;
- A escassa articulação com o setor agrícola e com as entidades gestoras de infraestruturas hidráulicas, quer na fase de diagnóstico, quer na definição de prioridades;
- O risco de colisão futura entre investimentos agrícolas (modernização do regadio, eficiência hídrica, armazenamento de água) e prioridades de restauro ecológico, na ausência de critérios claros e garantias institucionais;
- Os perímetros de rega devem ser excluídos desta intervenção, sendo obras de interesse público, com propósito de rega e enquadramento legal específico;
- As decisões devem ser precedidas de estudos económico-financeiros e socioeconómicos, com foco no impacto na agricultura.

4. Limitações e lacunas do documento

A FENAREG entende que o Relatório apresenta lacunas estruturais que devem ser colmatadas:

- Não distingue de forma clara infraestruturas abandonadas de infraestruturas de uso sazonal, tradicional ou de pequena escala;
- Não é suficientemente explícito quanto ao papel da regularização da água como fator de resiliência territorial, particularmente em contexto de escassez hídrica crescente;
- Não clarifica os procedimentos de atualização e validação da base de dados de barreiras;

- Não integra de forma concreta o regadio enquanto função estratégica a salvaguardar no quadro do restauro da natureza.

5. Questões críticas que carecem de clarificação

A FENAREG considera indispensável que o PNRN responda de forma clara às seguintes questões:

1. Quem decide se uma barreira é obsoleta? Que entidade, com que critérios técnicos e com que participação dos utilizadores da água?
2. Que garantias existem para o regadio existente e futuro? Como será assegurada a continuidade do abastecimento agrícola e a segurança jurídica das infraestruturas?
3. Como se articula o PNRN com projetos e investimentos futuros? Nomeadamente investimentos públicos e privados em regadio, armazenamento e eficiência hídrica.
4. Como será assegurada a inclusão concreta do regadio como função estratégica? Não apenas como uso, mas como elemento estruturante do território rural.

A FENAREG defende que o PNRN deve assentar numa abordagem equilibrada e participada, estabelecendo critérios claros, transparentes e tecnicamente fundamentados para a classificação de barreiras obsoletas. Consideramos igualmente essencial garantir a participação formal do setor do regadio em todas as fases dos processos de definição e de decisão, assegurando que o conhecimento do território e dos usos existentes é devidamente integrado. O PNRN deve ainda consagrar de forma nítida o regadio e a regularização da água como funções estratégicas, plenamente compatíveis com os objetivos de restauro da natureza, em particular num contexto de crescente escassez hídrica e adaptação às alterações climáticas.

A FENAREG propõe que sejam priorizadas soluções de adaptação e mitigação técnica das infraestruturas existentes, em detrimento da sua remoção, sempre que estas se mantenham funcionais e relevantes do ponto de vista socioeconómico e também ambiental. Por fim, é fundamental que nenhuma das ações de restauro contribua para a desertificação da população nas zonas do interior, sendo também necessário assegurar a coerência e articulação entre o PNRN, os Planos de Gestão de Região Hidrográfica e as políticas públicas de investimento agrícola, evitando conflitos futuros e promovendo uma visão integrada, equilibrada e de longo prazo para o território rural.

Por último, reforçamos a disponibilidade da FENAREG para colaborar de forma construtiva com as entidades responsáveis, contribuindo para soluções equilibradas que conciliem a proteção dos ecossistemas fluviais com a sustentabilidade da agricultura de regadio e do mundo rural.

Anexo: Contributo da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento Algarvio.

Anexo: Contributo da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento Algarvio.



Exmos. Srs.
FENAREG Federação Nacional de
Regantes de Portugal
Rua 5 de Outubro 33
2100-127 Coruche

geral@fenareg.pt
carinaarranja@fenareg.pt

N/Ref.: 0022/DAF/2026
V/Ref.

Data: 22/01/2026

Assunto: Contributos | Plano Nacional de Restauro da Natureza | Relatório Técnico de Base da Conectividade Natural dos Rios

Exmo. Sr. Presidente da Fenareg,

No contexto do Sotavento Algarvio e concretamente no nordeste algarvio, esta estratégia deve ser cuidadosamente articulada com a salvaguarda dos costumes e tradições das populações locais, promovendo um equilíbrio entre conservação e desenvolvimento humano.

As linhas de água desempenham uma função central como corredores ecológicos, garantindo a conectividade entre habitats e permitindo o fluxo de espécies e nutrientes. No entanto, as intervenções nestas zonas deve considerar a importância das infraestruturas existentes, como açudes, passagens a vau, moinhos, que, longe de serem obstáculos, funcionam como refúgios de biodiversidade, especialmente durante o período estival, quando a água se torna escassa.

É essencial que qualquer ação de restauro evite contribuir para a desertificação humana das zonas do interior. Pelo contrário, deve apoiar a fixação das populações, valorizando os saberes locais e integrando práticas tradicionais de gestão do solo e da água.

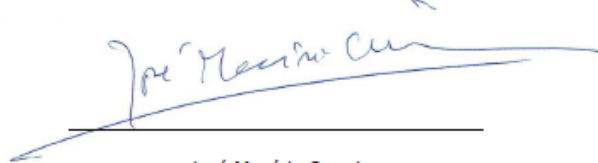
Os critérios para a priorização das áreas a restaurar não devem assentar exclusivamente em métodos tecnológicos, como imagens aéreas, de satélite ou análises de bases de dados existentes.

Estas ferramentas não captam a realidade vivida no terreno, especialmente em territórios marcados pela desertificação humana e pela escassez de recursos hídricos.

Viver nestas zonas exige uma resiliência constante das populações, que enfrentam diariamente o isolamento, e a dificuldade no acesso a água. Por isso, é fundamental envolver ativamente as comunidades locais nos processos de decisão, valorizando o seu conhecimento, percepção do território e ligação afetiva à paisagem.

Cordiais cumprimentos,

O Presidente da Direção



José Macário Correia